

EPISTEMOLOGIA INDÍGENA: O QUE É E EM QUE CONSISTE ESSA QUESTÃO?

Ricardo Valim¹⁸
Leno Francisco Danner¹⁹

INTRODUÇÃO

Em tempos de festas e grandes alegrias é próprio dos seres humanos se juntarem em grupos e celebrarem com grande júbilo o fim de uma batalha sangrenta, o término de uma peste que ceifou milhões de vidas. Nestes momentos os coetâneos se aproximam, velam seus mortos, celebram a vida nova que está por vir. Em alguns casos trazem consigo pertences de heróis de outros tempos, relíquias que têm o poder de fazer lembrar que o espírito daquele que se sacrificou por sua gente permanece no meio deles. Pois bem, tudo isso veio a acontecer fortemente em nossa pátria tupiniquim nos últimos tempos, sobretudo nas comemorações do Bicentenário da Independência, até trouxemos o coração de um nobre imperador, uma relíquia que certamente pulsou na imaginação de milhões de pessoas. Mas neste processo não podemos nos esquecer dos milhões de outros corações que pulsaram nestas terras no passado e que por negligência, imaturidade intelectual ou falta de humildade epistêmica; tiveram seus conhecimentos negados, sua bravura indômita ocultada, menosprezada e subestimada.

Nesta grande festa, ao que tudo indica, os povos nativos que por milhares de anos aqui viveram acabaram por ocupar um pequeno espaço na grande celebração. Isso porque ainda que de forma sorrateira muitos ainda se perguntam: acaso pode o índio ter algo a contribuir

¹⁸ Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Faculdade Educacional da Lapa. Acadêmico do curso de mestrado em Filosofia, na Universidade Federal de Rondônia. E-mail: ricardo.vallim@ifro.edu.br

¹⁹ Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade Federal de Rondônia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da referida Universidade. E-mail: lenodanner@unir.br

para a “Ordem e o Progresso” de nosso país? Serão eles dotados de uma epistemologia peculiar capaz de produzir ciência, tecnologia ou pelo menos manipulá-la dentro de padrões aceitáveis pela cultura hegemônica? Essas questões emblemáticas serão a fonte norteadora que, como a bússola, guiarão nossos passos neste artigo rumo ao encontro da proximidade com a verdade.

O objetivo desta pesquisa é desenvolver um estudo que vise desvendar e perscrutar os caminhos das epistemologias indígenas tendo como relevância substancial a busca por restituir o lugar de destaque e de direito dos povos originários na história não só do Brasil.

O pensamento indígena brasileiro contemporâneo apresenta uma perspectiva epistêmico-normativa muito importante para o descentramento relativo à perspectiva europeia e, na verdade, de decolonização da mesma. E isso se verifica por via de uma densa e importante bibliografia que alicerçará o estudo, portanto, a pesquisa será de caráter bibliográfico.

Ao se fazer uma análise para situar a pesquisa em relação ao estado da arte, nota-se um fervoroso e substancial crescimento da produção bibliográfica-intelectual indígena brasileira contemporânea. Autores prolíficos como Ailton Krenak, Daniel Munduruku, Davi Kopenawa, Kaká Werá Jecupé (só para citar alguns) estão despontando como grandes nomes da produção literária intelectual brasileira. Além destes autores indígenas, podemos citar ainda intelectuais acadêmicos como o Prof. Dr. Leno Francisco Danner da Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR e o Prof. Dr. Marco Antonio Valentim da Universidade Federal do Paraná/UFPR que através de seus estudos têm demonstrando a atualidade, pertinência, profundidade, beleza e riqueza destas tradições ancestrais para a sociedade de um modo geral e também para a filosofia.

Este artigo é componente dos estudos realizados até o presente momento em minha pesquisa sobre filosofia indígena com o tema “Ontologia e Ética no Pensamento Indígena Brasileiro: Análise das Ontologias Tupi-Guarani e Yanomami” no Mestrado Acadêmico em Filosofia, na Linha de Pesquisa em Ética e Filosofia Política Contemporânea da

Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR e devidamente institucionalizado junto ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO *Campus* Porto Velho Calama - conforme a homologação 4 do Edital N° 02/2022/PVCAL - CGAB/IFRO, de 12 de Janeiro de 2022 - edital este de seleção, sem concessão de recursos financeiros e bolsas, destinado à institucionalização de projetos de pesquisa de demanda espontânea, de mestrado, doutorado e projetos aprovados em editais externos com recurso de agências de fomento.

EPISTEMOLOGIA INDÍGENA: O QUE É E EM QUE CONSISTE ESSA QUESTÃO?

Em primeiro lugar é preciso entender o que significa a palavra epistemologia. Ela deriva da junção de duas palavras gregas: *episteme* que significa conhecimento e *logia* que significa estudo. Portanto, epistemologia é o estudo do conhecimento. No caso desta pesquisa objetiva-se realizar um estudo da epistemologia indígena, ou seja, um estudo sobre o conhecimento destes povos originários brasileiros.

De fato, não é uma tarefa fácil responder à questão sobre epistemologia indígena o que é e em que consiste. E não é uma tarefa fácil justamente porque ainda há a falta de reconhecimento dos saberes ancestrais dos povos indígenas brasileiros. Na verdade, o que existe é uma grande falta de humildade epistêmica, no sentido de reconhecer a existência e importância destes saberes não somente para os povos indígenas em si mesmos, mas para a humanidade como um todo. Outro ponto importante a destacar é que não existe apenas uma epistemologia, mas sim, podemos falar em Epistemologias Indígenas, ou seja, existem muitas; se pode inclusive ousar a dizer que cada etnia possui o seu *modus operandi* de conhecimento, de busca da sabedoria.

Mas para falar das Epistemologias Indígenas (plural) é preciso antes mostrar a constituição e consolidação dos processos científicos

permitidos pelo mundo ocidental (Europa) e o evento que marcou profundamente os corações e mentes no Novo Mundo a 530 anos.

1492 - A MARGINALIZAÇÃO EPISTÊMICA DO OUTRO

Com a conquista do Novo Mundo em 1492 e depois a descoberta do Brasil em 1500 houve um fluxo contínuo de europeus por estas terras recém encontradas. Esse movimento trouxe consigo a invisibilização e subalternização do outro. Essa expressão 'Totalmente Outro' se refere ao aspecto do modo como o colonizador vê o colonizado, ou seja, o vê não de forma empática, mas o vê como aquele que não tem nada em comum, sem qualquer possibilidade de similaridade.

Além deste modo de ver e pensar o outro aportou em nossas praias o sistema capitalista que até então era completamente desconhecido pelas populações nativas. É preciso destacar ainda que o fenômeno da Modernidade (passagem do mundo feudal para o mundo capitalista séc. XV ao XVIII na Europa) não pode existir sem a colonialidade. Por isso é necessário fazer essa relação entre a modernidade e os processos coloniais que levaram ao longo do tempo a uma mobilização mercantilista em todas as terras conquistadas. Mercantilização essa que não foi somente de matérias primas, mas também de corpos, de mentes e de corações que já pulsavam a muito tempo por essas paragens.

Com o processo colonial se instituiu nas américas uma nova forma de organização do mundo, organização essa que atingiu todas as esferas da vida humana. Incluindo uma nova forma de constituição dos saberes, da linguagem, da memória e dos imaginários de todos aqueles que fizeram parte desse processo histórico. Nota-se que o empreendimento colonial, por sua vez, tornou-se com o tempo, uma espécie de legitimadora de certos saberes. Todos os conhecimentos que não provenientes do velho continente se tornam então apenas superstição, mitologia e selvageria. Não há, portanto, neste contexto histórico, a possibilidade de consideração por outras cosmovisões e cosmopolíticas que não aquelas

tradicionalmente instituídas pela religião e pelos poderes das realidades envolvidas nos processos coloniais.

No campo filosófico, sobretudo com o Empirismo de Francis Bacon (1561-1626) e o Racionalismo de René Descartes (1596-1650), ocorreu uma separação drástica entre o ser humano e a natureza. Esse rompimento se justificaria pelo fato de haver a necessidade de um distanciamento entre o cientista e seu objeto de estudo, para que não haja nenhuma espécie de interferência. Esse estilo de pensamento não somente oportunizou, mas também legitimou uma divisão eurocentrada da história. Conhecimentos provenientes de outras culturas que não europeias não são valorizadas ou minimamente consideradas como saberes, não fazem parte ou ao menos não se enquadram segundo os métodos científicos hegemônicos. Exemplo disso, são nossos currículos acadêmicos que durante muito tempo e até mesmo hoje, em alguns casos, ainda excluem outros saberes que não europeus. Mas já avançamos; basta pensarmos na Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008 que prevê o estudo da história, da cultura tanto negra quanto indígena para formação da identidade social nacional fazendo um resgate dessas mesmas contribuições em vários campos do desenvolvimento nacional.

Isso porque o pensamento europeu é provinciano com pretensões de universal; é também um pensamento auto referencialista que descarta os demais saberes e descarta pelas razões que já mencionamos. Portanto, o pensamento proveniente de além mar se vê como o único protagonista da história da humanidade. Dúvidas sobre isso? Basta olharmos para nossas prateleiras de livros, nossas bibliotecas, nossas bibliografias de nossos cursos acadêmicos para vermos a quantidade de autores europeus, sobretudo, franceses, ingleses, alemães e algumas exceções para pensadores norte-americanos.

Em muitos dos escritos destes autores que fazem parte de nossos currículos, e, portanto, de nossas vidas acadêmicas - como Bacon, Descartes, Hobbes, Rousseau, Locke, Kant, Hegel, Hume, Voltaire, Montaigne - encontramos a presença daqueles que não fazem parte do

território provinciano europeu como uma espécie de negatividade²⁰, ou seja, seres que possuem uma espécie de modelo pré-político de sujeito e de pensamento. Este fato tende a reforçar a ideia de que o pensamento europeu é evoluído, universal e autorreferencial. Exemplo típico deste movimento é a teoria hobbesiana sobre o Estado de Natureza e o Estado Civil em que o autor usa como base os fatos históricos da colonização das américas (Hobbes, 2003).

Com base nestes pressupostos, ocorre uma fundamentação eurocêntrica moderna em que a existência do olhar subalternizador do colonizador é profundamente excludente. Este olhar justificaria e, portanto, legitimaria a conquista destes vastos territórios por considerar alguns elementos importantes, tais como: a) a região do Novo Mundo era percebida como um local vazio, despovoado e haveria a necessidade de se reivindicar estes territórios; b) Outro ponto a considerar é que seus habitantes se apresentavam como nômades e não teriam consciência de pertencer a um território; c) Esses povos também não teriam o mínimo entendimento sobre o que seria propriedade privada e a sua importância; d) Nestes espaços conquistados, existe um vazio de espiritualidade, de valores e sobretudo, de intelectualidade. Não existe, portanto, produção de conhecimento.

Os reflexos desse olhar que inferioriza as demais epistemologias tiveram consequências dramáticas para a história da humanidade. Mas é preciso considerar que esse modo de operar colonial não acabou simplesmente da noite para o dia como veremos a seguir.

O COLONIALISMO TERMINA, MAS A COLONIALIDADE CONTINUA!

Durante a pesquisa, um dos principais achados foi justamente a compreensão de que o fenômeno da colonialidade implica no modo de

²⁰ DANNER, Leno Francisco. **Pacificando o branco**: uma história da modernidade contada pelos indígenas. Publicado pelo canal Debates Filosóficos 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TvXmjL0Ju1U&list=PLJUy4HUjS8xwlelFOKrv7UKg4bMRqqqSx>. Acesso em: 12 out. 2022.

pensamento colonial sorrateiro que permeia todas as nossas relações até o presente momento. A colonização do Brasil, por exemplo: todo o processo de dominação, exploração econômica e política hoje se compreende como colonialismo e seu respectivo processo de Cultura chamado de descolonização pode ser identificado facilmente como o movimento de independência do Brasil. Agora, neste sentido, quando se usa a expressão Colonialidade está se referindo ao modo de dar sentido à realidade pelos portugueses que perdura até hoje: racismo, desprezo tanto pela sabedoria indígena quanto negra, a supervalorização da identidade eurocêntrica etc.; portanto, o fim do Império (descolonização) não pôs fim à mentalidade, ao modo de ser e estar tributário do colonialismo; ou seja, a subjetividade segue colonizada. Em linhas gerais, o colonialismo acabou no Brasil, mas a Colonialidade perdura mesmo depois da descolonização.

Agora, quanto à Decolonialidade, por sua vez, busca uma mudança drástica de todas as formas de domínio hegemônico atuais; sobretudo, nos campos do conhecimento, nas relações intersubjetivas e na própria configuração mesma das instituições. Ainda permanece de forma subliminar um certo sentimento paternalista sobre os povos indígenas, por exemplo, onde ainda se pensa que os mesmos não são capazes de se autogovernar. Esse achado se encontra sobretudo na sintonia que existe com o pensamento das principais personalidades literárias indígenas brasileiras tais como: como Ailton Krenak (2022), Daniel Munduruku (2016), Davi Kopenawa (2015) e Kaká Werá Jecupé (2017).

Outra descoberta importante foi através obra do filósofo alemão Jürgen Habermas (2012) onde se sustenta, em pleno século XXI, a impossibilidade de contribuição dos não europeus para orientar a humanidade nos caminhos do conhecimento racional:

Para entender o significado dessa pretensão de universalidade, recomenda-se fazer uma comparação com a compreensão de mundo mítica. Em sociedades arcaicas, os mitos cumprem de maneira exemplar a função unifi-

adora própria às imagens do mundo. Ao mesmo tempo, no âmbito das tradições culturais a que temos acesso, eles proporcionam o maior contraste em relação à compreensão de mundo dominante em sociedades modernas. Imagens de mundo míticas estão muito longe de nos possibilitar orientações racionais para a ação, no sentido que as entendemos. No que diz respeito às condições de condução racional da vida no sentido anteriormente apontado constituem até mesmo uma contraposição à compreensão de mundo moderno (HABERMAS, 2012, p. 94).

Essa descoberta foi importante porque reforça a necessidade da busca por uma virada epistêmica decolonial. Lembrando que decolonialidade implica em considerar uma pluralidade de formas de pensamento e não apenas um único modo de pensar (lógica moderna capitalista).

Ao passo que passarmos a considerar outros modelos de pensamento, outras epistemologias, que não as hegemonicamente institucionalizados descobriremos a beleza de modelos ontológicos e éticos do pensamento indígena tais como os que estão presentes nas obras *Ayvu Rapyta dos Mbyá Guaraní* redigido por León Cadogan (1959) e *A Queda do Céu de Davi Kopenawa* (2015) referente ao pensamento xamânico yanomami.

Ayvu Rapyta em uma tradução aproximada poderia ser entendido como o “fundamento da língua humana”. Originalmente este texto vem da tradição oral dos Mbyá Guaraní e restrito somente a poucos integrantes da comunidade indígena. León Cadogan após seis anos de convívio e depois de ter conquistado a confiança é então autorizado a conhecer as palavras sagradas e a transcrevê-las para a posteridade. Graças ao seu empenho hoje sabemos que na estrutura do *Ayvu Rapyta* está presente o conceito ontológico de ser humano (essência do ser) que é a dualidade que existe entre a alma e a palavra (Metafísica Guaraní). Também possui uma Cosmogonia própria em que há o relato da criação do cosmos, surgimento do Criador (Nhamandú {Ñande Ru} Tenondé) etc; nota-se aqui o Gênesis Mbyá Guaraní contendo todo o relato da

criação a partir da ótica deste povo. É possível encontrar a forte presença de uma liturgia completa com hinos, orações, revelações sobrenaturais. Além disso, está fortemente presente a medicina ancestral com suas receitas de medicamentos para curar as mais variadas enfermidades. E por último, mas não menos importante, não podemos nos esquecer da presença das normas sociais variadas que regem o convívio daqueles que fazem parte da comunidade local.

Já na obra *A Queda do Céu* de Davi Kopenawa (2015) vemos o xamanismo como caminho na busca da sabedoria. É interessante destacar que esta obra foi primeiramente publicada em francês, depois em inglês e depois em português para mostrar como muitas vezes é valorizado o pensamento de um autor indígena brasileiro. Com o apoio do francês Bruce Albert que redigiu os conhecimentos orais fornecidos por Kopenawa a obra revela um mundo yanomami ainda não conhecido, mostrando a trajetória de luta de Davi Kopenawa e de seu povo pela sobrevivência e resistência em meio à floresta contra as mais diversas ameaças causadas pela exploração da região.

A obra *A Queda do Céu* é importante porque revela a profundidade da cosmovisão yanomami em que a busca pela sabedoria foge dos padrões tradicionais presentes em nossa sociedade. Vemos isso sobretudo quando Kopenawa nos diz que:

Sem o poder da yãkoana as pessoas não se perguntam sobre as coisas do primeiro tempo. Nunca pensam: “Quem eram mesmo nossos ancestrais que viraram animais? Como foi que o céu caiu antigamente? De que modo Omama criou a floresta? O que dizem mesmo os cantos e as palavras dos xapiri?”. Ao contrário, quando bebemos o pó de yãkoana como Omama nos ensinou a fazer, nossos pensamentos nunca ficam ociosos. Podem crescer, caminhar e se multiplicar ao longe, em todas as direções. Para nós, é esse o verdadeiro modo de conseguir sabedoria. (KOPENAWA, 2015, p. 510).

Essa fala é importante porque se pensarmos no desenvolvimento dos saberes como busca da verdade e conseqüentemente de sabedoria não seria diferente para os povos Yanomami que vivem a muito tempo em meio às densas florestas de nosso país. Esse conhecimento, seu aprendizado, revela uma outra característica importante, se deram na prática em meio à floresta e não por via de livros e suas teorias, mas Omama fixou as palavras dentro das pessoas e não em folhas de papel (KOPENAWA, 2015, p. 76). Esse ponto é importante porque revela que a educação indígena não carece de instrumentos didáticos pedagógicos conforme o faz nossa sociedade. Na verdade, para estes povos, seus conhecimentos são obtidos diretamente da natureza e do convívio entre os demais na sua comunidade. Portanto, há uma conexão profunda entre o ser humano e a natureza onde esta última marca forte presença na construção dos saberes das populações indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão que se chega após este percurso por outros caminhos de saberes é que a produção epistêmica indígena contemporânea brasileira permite a sobrevivência das culturas originárias através da literatura, da arte e de tantas outras formas de manifestação possíveis. Também é possível detectar a influência destes modos de pensamento seja na esfera acadêmica enquanto tal, mas também na informalidade do conhecimento popular. Outro ponto de destaque é que a transmissão do conhecimento ocorre por via da apropriação de uma linguagem (português, inglês, francês) não nativa, ou seja, cada vez mais os povos indígenas têm feito uso tanto da tecnologia quanto da linguagem para divulgarem seus modos de ser e estar no mundo e isso fica salientado sobretudo quando vemos uma quantidade expressiva de vídeos, palestras, podcasts, livros físicos ou digitais.

Portanto, torna-se evidente a contradição de um modelo provinciano com pretensões de universalidade de conhecimento que nega outros saberes por entender que estes mesmos não possuem elementos

racionais suficientes para contribuir com a construção dos saberes. Na verdade, a realidade indica que quanto mais entramos em contato com as culturas originárias, mas estaremos nos conectando com nossa verdadeira essência. Essa essência que nos conduz para o seio da natureza em que lá não somos um ser privilegiado e dissociado, mas somos um em meio a tantos outros seres, em uma expressão de coletividade que busca um bem viver sempre crescente em harmonia profunda com o cosmos circundante e com os demais seres humanos.

REFERÊNCIAS

CADOGAN, L. **Ayvu Rapyta** – Textos Míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá. Boletim N° 227/antropologia n° 5. São Paulo: USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1959.

DANNER, F; DANNER, L. F. **Descentramento, Crítica e Transformação**: uma história da modernidade a partir da descolonização africana e do pensamento indígena. **Philosophos** - Revista de Filosofia, Goiânia, vol. 26, n° 1, pg. 147 a 196, 2021. DOI: 10.5216/phi.v26i1.67351. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/67351>. Acesso em: 26 ago. 2022.

DANNER, L. F; DANNER, F; DORRICO, J. **A alteridade na literatura: da voz-práxis da Diferença como Literatura – o caso da Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 14, n° 2, p. 360, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspaçoAmeríndio/article/view/105664>. Acesso em: 27 jul. 2022.

DANNER, L. F; DORRICO, J, DANNER, F. Decolonialidade, Lugar de Fala e Voz-Práxis Estético-Literária: Reflexões desde a literatura indígena brasileira. *Alea*, vol. 22, n° 1, pg. 59 a 74, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/33525>. Acesso em: 13 set. 2022.

DANNER, L. F; DORRICO, J; DANNER, F. Literatura indígena entre tradição ancestral e crítica do presente: sobre a voz-práxis indígena em termos estético-literários. *Scripta*, vol. 24, n° 50, 2020, p. 205 - 256, Disponível em: <http://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2020v24n50p205-256>. Acesso em: 15 nov. 2022.

DANNER, L. F; DORRICO, J. Literatura de Minorias como crítica do presente e politização radical: reflexões sobre a literatura indígena brasileira. *Revista Crioula*, n° 21, 2018, p 197 - 233, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/143341>. Acesso em: 15 nov. 2022.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo I** – Racionalidade da Ação e Racionalização Social. São Paulo: Editora WMP Martins Fontes, 2012.

HOBBS, T. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JECUPÉ, K. W. **A Terra dos Mil Povos**: História Indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

JECUPÉ, K. W. **O Trovão e o Vento**: um caminho de evolução do xamanismo tupi-guarani. São Paulo: Polar, 2017.

KRENAK, A. A Potência do Sujeito Coletivo – Parte I [entrevista concedida a Jailson de Souza Silva]. *Revista Periferias*, v. 1, n. 1, 2018.

Disponível em <http://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do Céu**: palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MUNDURUKU, D. **Memórias de Índio**: uma quase autobiografia. Porto Alegre: Edelbra, 2016.

VALENTIM, M. A. **Descolonização Metafísica**: esboço de manifesto contra-filosófico. *Revista do NESEF*, Curitiba v. 8, n 1, jan-jul 2019, p. 9-23,

VALENTIM, M. A. **Xawara**: capitalismo e pandemia desde A queda do Céu. *Tellus*, n. 44, 2021, p. 255–276. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/722> . Acesso em: 23 jul. 2022.